

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 16 de janeiro de 2025 às 08h13
Seleção de Notícias

Jota Info | BR

Direitos Autorais

Pandemia não isenta hotel de pagar direitos autorais por música ambiente, decide juiz	3
<small>CAROLINA UNZELTE</small>	

Migalhas | BR

Arbitragem e Mediação

Desafiada no Legislativo e aprimorada pela Justiça, arbitragem cresce	5
<small>MIGALHAS</small>	

MSN Notícias | BR

Patentes

Ministério da Saúde vai avaliar incorporação de Ozempic ao SUS no 1º semestre de 2025	10
<small>DANILO MOLITERNO</small>	

Correio Braziliense | BR

16 de janeiro de 2025 | Propriedade Intelectual

Questões e dicas para utilização de imagem sem autorização	11
<small>DIREITO & JUSTIÇA</small>	

Folha.com | BR

Pirataria

Anitta 'briga' com IA que usa sua voz e personalidade sem autorização; entenda direitos da cantora	13
<small>VITOR HUGO BATISTA</small>	

Pandemia não isenta hotel de pagar direitos autorais por música ambiente, decide juiz



Em decisão da 8ª Vara Cível de São José do Rio Preto (SP) na última segunda-feira (13/1), o juiz Túlio Marcos Faustino Dias Brandão condenou o Beach World Park Hotel ao pagamento de **direitos** autorais ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad), pelo uso de músicas em seus espaços, mesmo durante período que englobou a pandemia da Covid-19.

A cobrança, que inclui o valor de R\$ 27.272,15, referente a parcelas de junho de 2021 a junho de 2024, reafirma a obrigatoriedade legal do recolhimento por uso de obras protegidas. Em outras situações, a Justiça já havia decidido que circunstâncias excepcionais, como a pandemia, poderiam atenuar certas exigências contratuais - argumento que foi usado pela defesa, e não acolhido pelo juiz.

O juiz destacou que "a execução pública de obras literárias, artísticas ou científicas em locais de frequência coletiva implica recolhimento dos devidos **direitos** autorais, não havendo distinção quanto à maneira pela qual a obra é disponibilizada". A defesa do hotel, localizado em São José do Rio Preto, que alegou impactos financeiros severos durante a pandemia e considerou abusivo o cálculo apresentado pelo Ecad, não conseguiu comprovar redução significativa de faturamento ou inatividade operacional, segundo a sentença.

abpi.empauta.com

O cálculo final do valor devido pelo Beach World Park Hotel será apurado em fase de liquidação de sentença, considerando a média de utilização dos aparelhos de TV pelos hóspedes, conforme precedentes do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O hotel ainda pode recorrer da decisão.

A Lei de **Direitos** Autorais (Lei 9.610/98), nos artigos 29 e 68, define que o uso de obras artísticas em locais de frequência coletiva, como hotéis e espaços comerciais, depende de autorização prévia e pagamento dos respectivos **direitos** autorais.

A decisão também reflete o entendimento consolidado no STJ sobre o tema. No julgamento do Tema 1.066, em 2020, a Corte fixou as seguintes teses: "A disponibilização de equipamentos em quarto de hotel, motel ou afins para a transmissão de obras musicais, literomusicais e audiovisuais permite a cobrança de **direitos** autorais pelo Ecad" e "a contratação de serviços de TV por assinatura não impede a cobrança de **direitos** autorais, inexistindo duplicidade na exigência".

Procurado, o Beach World Park Hotel não se manifestou até a publicação da matéria. O espaço segue aberto. A sentença está registrada no processo 1030082 -78.2024.8.26.0576.

De fato, em 2020, o Ecad informou que não estava realizando a cobrança de **direitos** autorais de estabelecimentos que estavam fechados devido à Covid-19, em "ao momento crítico pelo qual passam diversas empresas e pequenos negócios". No entanto, a ação movida se refere ao período de junho de 2021 a junho de 2024, depois do pico e fim da pandemia e momentos em que o hotel estava aberto.

Pandemia

Em outros cenários, o Poder Judiciário reconheceu a

Continuação: Pandemia não isenta hotel de pagar direitos autorais por música ambiente, decide juiz

necessidade de flexibilizar contratos devido aos impactos da pandemia, especialmente no setor de entretenimento e hospitalidade, considerando os impactos econômicos enfrentados.

Por exemplo, o STJ analisou a possibilidade de revisão de um contrato de aluguel firmado entre um shopping center e um lojista, com fundamento nas teorias da imprevisão e da onerosidade excessiva, em razão da pandemia. A Corte reconheceu que a Covid-19 configura, em tese, evento imprevisível e extraordinário apto a possibilitar a revisão do contrato de aluguel, desde que preenchidos os requisitos legais.

Em outra situação, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) permitiu a flexibilização de contratos com base na Teoria da Imprevisão, prevista nos artigos 317 e 478 do Código Civil, reconhecendo que a pandemia configurava um evento extraordinário e imprevisível, justificando a revisão das condições

contratuais. O caso concreto envolvia a rescisão, sem multa ou penalidade, entre uma empresa de eventos, que não conseguiu cumprir suas obrigações devido às restrições sanitárias, e uma fornecedora de materiais. A empresa apresentou documentos que comprovavam a queda drástica em sua receita, evidenciando que a manutenção do contrato seria inviável.

Já o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) decidiu que uma agência de turismo que não pôde realizar viagens devido a restrições internacionais impostas pela pandemia poderia, em vez do reembolso integral, oferecer créditos aos clientes para utilização futura, dentro de um prazo razoável. A decisão foi fundamentada na MP 948/2020, que regulamentou cancelamentos de serviços durante a pandemia.

Desafiada no Legislativo e aprimorada pela Justiça, arbitragem cresce



Método alternativo de resolução de disputas tem se tornado alternativa eficaz principalmente em casos de grande complexidade.

Alternativa Desafiada no Legislativo e aprimorada pela Justiça, **arbitragem** cresce Método alternativo de resolução de disputas tem se tornado alternativa eficaz principalmente em casos de grande complexidade. Da Redação quarta-feira, 15 de janeiro de 2025 Atualizado às 18:27 Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

A **arbitragem** é um método alternativo de resolução de conflitos que tem ganhado destaque no Brasil, especialmente como ferramenta para desafogar o sistema Judiciário.

Regulada pela lei 9.307/96, ela oferece vantagens como celeridade, confidencialidade e especialização. No entanto, ainda enfrenta desafios, como uma legítima ação em tramitação no STF, que pode aprimorar o método, e um projeto de lei que busca ajustar questões de transparência e imparcialidade dos árbitros.

Histórico

A história da **arbitragem** no Brasil reflete uma trajetória de superação de resistências iniciais e consolidação como um importante meio de resolução de controvérsias. Por muito tempo, o instituto enfrentou barreiras decorrentes da falta de tradição em seu uso e

de entraves impostos pelos dispositivos legais.

De acordo com o professor Carlos Alberto Carmona, em sua obra "**Arbitragem** e Processo. Um comentário à lei 9.307/96", desde o CC de 1916, passando pelo CPC de 1939, a **arbitragem** era tratada de forma limitada, com exigências burocráticas que dificultavam sua aplicação prática.

O CPC de 1973, ainda que considerado um marco jurídico, também não trouxe inovações substanciais nesse campo, exigindo, por exemplo, a homologação judicial dos laudos arbitrais pelo Judiciário tradicional. Isso resultava em atrasos e retirava algumas das principais vantagens da **arbitragem**, como a celeridade e a confidencialidade.

Na década de 1980, diante do aumento das críticas sobre a lentidão e a sobrecarga do Judiciário, surgiram as primeiras tentativas de modernização legislativa.

O primeiro anteprojeto de lei sobre **arbitragem**, publicado em 1981, buscava equiparar a cláusula arbitral ao compromisso arbitral e dispensar a necessidade de homologação judicial dos laudos.

Importante esclarecer que a cláusula arbitral é um pacto anterior à existência do conflito, já o compromisso arbitral surge tendo sido o conflito instaurado. No entanto, apesar das boas intenções, o texto do anteprojeto apresentava imprecisões técnicas e acabou sendo abandonado.

Tentativas subsequentes em 1986 e 1988 enfrentaram problemas semelhantes. O anteprojeto de 1988, por exemplo, propunha que laudos arbitrais estivessem sujeitos a recurso de apelação, o que contrariava a essência da **arbitragem** como um meio célere e final de resolução de conflitos.

A virada decisiva ocorreu com a Operação Arbiter,

Continuação: Desafiada no Legislativo e aprimorada pela Justiça, arbitragem cresce

uma iniciativa liderada pelo Instituto Liberal de Pernambuco, em 1991. Esse movimento reuniu diversas entidades, como a Associação Comercial de São Paulo e a Fiesp, além de acadêmicos, advogados e representantes do setor jurídico, para discutir e elaborar um novo anteprojeto de lei.

Em 1996, o presidente da Comissão de **Arbitragem** da ACRJ, Cláudio Vianna de Lima, em artigo no *Jornal do Commercio*, elogiou a iniciativa da Operação Arbiter. Ele afirmou que o projeto colocou o instituto da **arbitragem** nos eixos corretos, e que o Brasil estava, até então, tratando a **arbitragem** como "se fosse a Gata Borralheira, sem acesso à Fada Madrinha".

Em artigo no "*Jornal do Commercio*", Cláudio Vianna de Lima elogiou o projeto da lei de **arbitragem**. (Imagem: *Jornal do Commercio*)

O texto resultante foi amplamente debatido e refinado, sendo apresentado em seminários e recebendo contribuições de diversos setores da sociedade. Esse esforço resultou na criação da lei 9.307/96, que representou uma revolução na forma como a **arbitragem** era tratada no Brasil.

A Lei de **Arbitragem** trouxe inovações fundamentais. Ela conferiu maior eficácia à cláusula compromissória, permitindo que disputas fossem resolvidas diretamente por tribunais arbitrais sem a necessidade de compromisso arbitral posterior. Além disso, eliminou a exigência de homologação judicial para a execução de laudos arbitrais, preservando a confidencialidade e a celeridade do processo.

A nova legislação também incorporou práticas internacionais, alinhando-se à Lei Modelo sobre **Arbitragem** Comercial da Uncitral e às convenções de Nova Iorque (1958) e do Panamá (1975), fortalecendo o papel da **arbitragem** internacional no país.

Em 1999, a CACB - Confederação das Associações Comerciais do Brasil assinou um convênio mi-

lionário com o BID - Banco Nacional de Desenvolvimento visando estimular a **arbitragem** e a **mediação** entre o setor privado nacional. A verba foi utilizada para divulgar a **arbitragem** e formar árbitros.

À época, o então presidente da Confederação, Joaquim Fonseca Júnior, afirmou que o convênio seria importante para criar a "cultura da **arbitragem**" no Brasil.

"[...] a criação de novas câmaras de **arbitragem**, ao contrário do que muitos pensam, ajuda a aperfeiçoar o Judiciário, na medida em que evita que muitas ações que podem ser resolvidas por intermédio do entendimento entre as partes chegue até lá", afirmou.

Jornal "O Estado de S. Paulo" noticiou convênio entre CACB e BID que pretendia incentivar a **arbitragem** no Brasil. (Imagem: *O Estado de S. Paulo*)

Em entrevista ao *Migalhas*, o vice-presidente do CBMA - Centro Brasileiro de **Mediação** e **Arbitragem**, Antônio César Siqueira, compartilhou sua avaliação a respeito do impacto da lei e os desafios enfrentados pelo instituto da **arbitragem** no país.

Segundo ele, a lei enfrentou resistência inicial do Poder Judiciário, que via a **arbitragem** como uma "intromissão no próprio exercício da jurisdição estatal". Esse cenário mudou com a decisão do STF, em 2001 (SE 5.206), que declarou a validade da lei, destacando que a **arbitragem** "é um método alternativo de solução de disputas absolutamente compatível com a Constituição".

Desde então, o instituto cresceu exponencialmente, com o apoio do Judiciário reafirmando a autonomia da **arbitragem** e respeitando suas decisões.

Advogados começaram a incorporar cláusulas compromissórias em contratos comerciais e societários, e surgiram diversas câmaras de **arbitragem**, algumas

Continuação: Desafiada no Legislativo e aprimorada pela Justiça, arbitragem cresce

de destaque internacional. A **arbitragem** passou a ser reconhecida como uma ferramenta complementar ao Poder Judiciário, adequada para lidar com disputas complexas e de alto valor econômico.

Antônio destacou que a **arbitragem** tem atraído crescente aceitação no Brasil devido a suas características, como celeridade, especialidade dos tribunais arbitrais e sigilo. "Hoje o Brasil é um dos países mais importantes no mundo com relação à **arbitragem**", afirmou.

Um comparativo entre dados constantes da "Pesquisa **Arbitragem** em Números" de 2020/2021 e de 2021/2022 provam a informação.

Arbitragem registra recorde no país; veja dados do estudo

Em 2022, o número de arbitragens em andamento no país bateu recorde e atingiu a marca de 1.116 casos, um aumento de 6,6% em relação ao ano anterior, quando foram contabilizados 1.047 processos arbitrais. Em 2020, foram 996 casos e em 2019, 967. Ou seja, de 2019 a 2022 houve um aumento de aproximadamente 15%

De 2019 a 2022, número de arbitragens em andamento no país subiu 15%.(Imagem: Arte Migalhas)

Vantagens da **arbitragem**

As câmaras de **arbitragem** podem ser privadas ou vinculadas a entidades públicas, oferecem processos mais rápidos, confidenciais e especializados, atraindo especialmente o setor empresarial.

Por meio da **arbitragem**, as partes em disputa escolhem árbitros imparciais para decidir o caso com força de sentença judicial, o que torna a decisão vinculativa e definitiva, sem possibilidade de recurso.

Entre os principais atrativos da **arbitragem** estão a

confidencialidade, especialmente útil para empresas que lidam com informações sensíveis, e a flexibilidade, já que as partes podem escolher as regras e os árbitros que melhor atendem às suas necessidades.

De acordo com a "Pesquisa **Arbitragem** em Números" de 2021/2022 as áreas mais comuns de aplicação incluem conflitos societários, construção civil e energia e questões trabalhistas.

Societário lidera o pódio de assuntos tratados em arbitragens em 2021 e 2022.(Imagem: Arte Migalhas)

O modelo também oferece vantagens significativas, como a celeridade, com processos que geralmente se resolvem em meses, e a especialização dos árbitros e mediadores, que possuem expertise nas áreas envolvidas.

Para Antonio Siqueira, a especialização dos árbitros e a celeridade, derivada da ausência de recursos, são os dois pontos que mais tornam a **arbitragem** vantajosa.

"Os peritos que funcionam nos procedimentos arbitrais são peritos com expertise muito aprofundada naquela matéria em que ele é designado. Ao passo que no Poder Judiciário os peritos são mais ou menos generalistas também", afirma.

No entanto, há desafios a serem superados, como os custos iniciais elevados, que podem ser proibitivos para pequenos negócios ou pessoas físicas. O vice-presidente do CBMA considera que o alto custo da **arbitragem** é justificável e que a alternativa não deve ser estendida a muitas atividades.

"[...] o procedimento arbitral é mais caro que procedimento judicial. Mas por outro lado ele traz uma economia de tempo que nas relações comerciais é muito importante. Quer dizer, você ficar durante 10, 12 anos sem resolver uma questão que é crucial para o seu negócio praticamente pode inviabilizar a sua

Continuação: Desafiada no Legislativo e aprimorada pela Justiça, arbitragem cresce

atividade. [...] Eu acho que não é um instituto que deva ser popular, que deva ser estendido para muitas atividades."

Segundo Antonio Siqueira, atualmente é necessário que se mantenha o foco em desenvolver uma **arbitragem** limpa, competente e equilibrada.

Assista à entrevista:

Dever de revelação

Uma das etapas do processo da **arbitragem** é a escolha do árbitro que, a teor do art. 13 da lei de **arbitragem**, deve ter necessariamente a confiança das partes.

Segundo o próprio texto da lei, espera-se do árbitro a imparcialidade, independência, competência, diligência e discrição. E, para que as partes possam avaliar se o indicado desfruta desses atributos, é necessário ter conhecimento de qualquer informação relevante para a avaliação acerca de sua imparcialidade e independência.

Daí decorre o famoso "dever de revelação" do árbitro, previsto no art. 14, § 1º da lei de **arbitragem**:

"Art. 14. Estão impedidos de funcionar como árbitros as pessoas que tenham, com as partes ou com o litígio que lhes for submetido, algumas das relações que caracterizam os casos de impedimento ou suspeição de juízes, aplicando-se-lhes, no que couber, os mesmos deveres e responsabilidades, conforme previsto no Código de Processo Civil.

§ 1º As pessoas indicadas para funcionar como árbitro têm o dever de revelar, antes da aceitação da função, qualquer fato que denote dúvida justificada quanto à sua imparcialidade e independência."

Em 2023, o partido União Brasil acionou o Supremo Tribunal Federal (STF) para que sejam estabelecidos critérios objetivos na aplicação da Lei de

Arbitragem (Lei 9.307/96), especialmente quanto à imparcialidade e independência dos árbitros.

Desde a promulgação da lei, em 1996, o próprio sistema arbitral tem buscado autorregular lacunas deixadas pelo texto legal. Mecanismos foram criados para afastar ou recusar árbitros que não garantissem um mínimo de imparcialidade e independência, reforçando que a escolha de um árbitro por uma das partes não o torna representante exclusivo dessa parte.

Como resposta a essa preocupação, a Lei de **Arbitragem** instituiu o dever de revelação, um instrumento essencial para assegurar transparência e equidade nos procedimentos arbitrais. Esse dever exige que o árbitro informe qualquer fato que possa comprometer sua imparcialidade.

No entanto, segundo o União Brasil, esse mecanismo tem sido flexibilizado. O partido aponta que árbitros frequentemente omitem informações relevantes, criando uma "perigosa promiscuidade" entre suas funções e o papel de advogados das partes envolvidas.

Diante desses questionamentos, a legenda defende que cabe ao STF estabelecer parâmetros constitucionais claros para reforçar a integridade do sistema. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) foi distribuída ao ministro Alexandre de Moraes, relator do caso.

A complexidade e a recorrência desses problemas indicam a necessidade de o Supremo se debruçar sobre o tema, garantindo mais segurança e credibilidade à **arbitragem** no Brasil.

Processo: ADPF 1.050.

No legislativo

Em 2021 foi apresentado na Câmara o PL 3.293, de iniciativa da deputada Margarete Coelho, que visa alterar a prática da **arbitragem** no Brasil.

Continuação: Desafiada no Legislativo e aprimorada pela Justiça, arbitragem cresce

O texto altera a lei de **arbitragem** para "disciplinar a atuação do árbitro, aprimorar o dever de revelação, estabelecer a divulgação das informações após o encerramento do procedimento arbitral e a publicidade das ações anulatórias", entre outras providências.

Entre as mudanças propostas, destaca-se a restrição ao número de arbitragens simultâneas para um máximo de dez por árbitro, além da proibição de tribunais arbitrais compostos por membros idênticos, parcial ou integralmente.

Também propõe que o árbitro informe previamente e durante o processo o número de arbitragens em que atua, bem como qualquer situação que possa levantar dúvidas sobre sua imparcialidade ou independência.

Outra inovação é a vedação de que integrantes da secretaria ou diretoria executiva de câmaras arbitrais atuem como árbitros ou representantes em procedimentos administrados por essas instituições, prevenindo potenciais conflitos de interesse.

O projeto também reforça a transparência no sistema arbitral, determinando que a composição do tribunal e o valor envolvido na controvérsia sejam divulgados no site da instituição, bem como a publicação integral da sentença arbitral ao final do processo, com exceções confidenciais solicitadas pelas partes.

Em relação às demandas anulatórias de sentenças arbitrais, estabelece que elas respeitem o princípio da publicidade e sejam propostas no prazo de 90 dias.

Atualmente, o texto aguarda parecer do relator na CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados.

Crescimento contínuo

Enquanto importantes debates sobre transparência e imparcialidade ganham destaque no Legislativo e no STF, o crescimento do número de casos e a aceitação pelo setor empresarial refletem a força do método.

A **arbitragem** no Brasil segue em constante evolução, enfrentando desafios e abraçando oportunidades para consolidar seu papel como alternativa eficiente ao Judiciário.

E com regulamentações cada vez mais alinhadas às necessidades do mercado e aos padrões internacionais, a **arbitragem** certamente continuará a demonstrar sua relevância como um caminho ágil e especializado para a resolução de conflitos.

Ministério da Saúde vai avaliar incorporação de Ozempic ao SUS no 1º semestre de 2025

O Ministério da Saúde vai iniciar avaliações sobre a incorporação do Ozempic (semaglutida), medicamento utilizado para tratar pacientes com diabetes e obesidade, ao Sistema Único de Saúde (SUS) no primeiro semestre de 2025. A informação foi confirmada pela pasta à CNN. Segundo o Ministério, a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec) recebeu no dia 16 de dezembro de 2024 uma solicitação para avaliar o medicamento. O tema será pautado nos próximos meses, e o prazo de conclusão da análise é de 180 dias, prorrogável por mais 90 dias. São condições indispensáveis para a incorporação de um medicamento ao SUS seu registro pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) - esta exigência já "ticada" pelo Ozempic - e uma decisão favorável pela Conitec. O debate sobre a incorporação do medicamento à rede pública esquentou após o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, prometer distribuir Ozempic na cidade a partir de 2026.

No ano que vem será quebrada a **patente** da farmacêutica Novo Nordisk para o medicamento, permitindo a produção de genéricos por laboratórios brasileiros. A pasta esclareceu que o registro pela Anvisa é a única exigência para que estados e municípios possam adquirir e fornecer medicamentos, portanto o Rio de Janeiro poderia levar a promessa à frente, desde que utilize recursos próprios e observe critérios técnicos e de transparência. A resposta destaca, contudo, que "qualquer iniciativa dessa natureza [distribuição de medicamentos] requer articulação com o Ministério da Saúde para assegurar o alinhamento com as políticas de saúde pública e evitar duplicidades ou lacunas na as-

sistência à população". Levantamento exclusivo da CNN mostrou que Palmas, no Tocantins, é a única capital brasileira que pretende seguir o Rio e avaliar a distribuição de semaglutida. São Paulo, Campo Grande, Recife, Natal, Belém e Boa Vista: seis delas decidiram não acompanhar Paes.

Procuradas, as demais não responderam a questão. Conitec avaliará Ozempic O Conitec, que avaliará o Ozempic, assessora o Ministério da Saúde nas decisões sobre a inclusão ou exclusão de tecnologias no SUS. São considerados no processo aspectos como eficácia, e segurança do medicamento. Também é realizado um estudo econômico comparativo, levando em conta benefícios, custos e impacto orçamentário para o SUS. Hoje não existem tratamentos medicamentosos incorporados ao SUS para obesidade, mas o sistema oferece atendimento a pacientes com essa condição, conforme as orientações do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) de Sobrepeso e Obesidade em Adultos. O documento prioriza tratamentos não medicamentosos, como a prática de atividades físicas, alimentação saudável e suporte psicológico. "Essas medidas visam alcançar metas de curto e longo prazo, incluindo redução de gordura corporal, manutenção da perda de peso e educação alimentar e nutricional.

Em casos específicos, pode ser indicada a cirurgia bariátrica pelo SUS", indica a pasta. Vale destacar que o Ozempic é medicamento utilizado originalmente para o tratamento de diabetes tipo 2 e tem apenas como efeito colateral o emagrecimento. Segundo especialistas, no entanto, o uso para tratamento da obesidade é seguro, apesar de não prescrito na bula (off label).

Questões e dicas para utilização de imagem sem autorização

DIREITO & JUSTIÇA

Visão do Direito uso não autorizado de imagens de times de futebol em bolos e decorações de festas de aniversário resultou em multas para profissionais de confeitaria e decoração recentemente, reacendendo o debate sobre a propriedade intelectual em eventos sociais. A prática de inserir símbolos populares, como personagens de desenhos animados, super-heróis e escudos de clubes esportivos, é comum, especialmente em festas infantis. No entanto, essa prática aparentemente inofensiva esconde implicações legais e éticas que merecem atenção, tanto por parte de quem organiza eventos quanto pelos próprios consumidores. No Brasil e em diversos outros países, o direito autoral e as marcas registradas desempenham um papel crucial na proteção de obras criativas e sinais distintivos. Obras como ilustrações, logotipos, mascotes e personagens fictícios são resguardadas pelos direitos autorais, o que significa que qualquer reprodução ou exibição pública não **solange** de Campos César, Advogada e sócia-proprietária do Carvalho & César Advogados Associados e presidente da Comissão de Direito Condominial da OAB-DF Subseção Taguatinga autorizada desses elementos é passível de penalidade.

Da mesma forma, as marcas registradas protegem logotipos e elementos associados a uma marca, como emblemas de times de futebol. A utilização sem autorização desses elementos pode ser classificada como infração, sujeita a sanções legais. No Brasil, a lei ainda é mais rígida quanto ao uso não autorizado em eventos. Em festas de aniversário privadas, por exemplo, o uso não comercial de imagens pode até parecer válido, mas, se houver promoção indireta ou vantagem econômica - como a publicidade de uma empresa de decoração ou confeitaria -, a justificativa

perde força. Essa distinção é importante, pois muitos pequenos negócios utilizam imagens famosas para atrair clientes, sem perceber que estão violando direitos de propriedade intelectual. Recentemente, dois casos de confeitarias brasileiras que utilizaram emblemas de times de futebol para decorar bolos infantis ganharam repercussão nacional.

Ambas foram alvo de multas e notificações de cessação e desistência por parte dos titulares dos direitos dos times. Em outro caso, uma decoradora foi acionada judicialmente após a divulgação de imagens de uma festa temática inspirada em um famoso super-herói, cuja marca é registrada. Esses exemplos demonstram como a fiscalização e o alcance da proteção dos direitos intelectuais estão se expandindo, especialmente com a ampla divulgação nas redes sociais. Os impactos do uso indevido de imagens protegidas podem ir além das sanções financeiras. Notificações de cessação e desistência são apenas o primeiro passo em um processo que, caso não seja resolvido, pode resultar em processos judiciais com multas elevadas e, até mesmo, ordens judiciais que proíbam o uso futuro da imagem. Além disso, o infrator pode ter de pagar indenizações ao titular dos direitos por danos morais e materiais, especialmente se o uso não autorizado for percebido como intencional. Para empresas e profissionais, as repercussões podem incluir danos à reputação e perda de credibilidade. >Dado o risco crescente de sanções, existem algumas práticas recomendadas que podem garantir a segurança jurídica dos organizadores e profissionais do ramo. Primeiro, a obtenção de licenças formais para o uso das imagens é uma alternativa. Muitas vezes, ligas esportivas, estúdios de animação e empresas de entretenimento oferecem li-

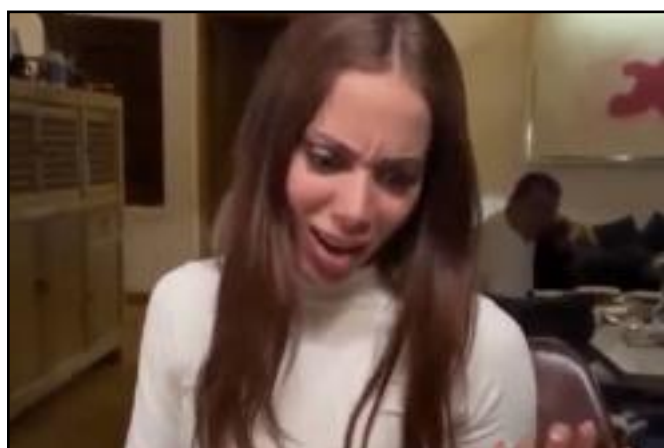
Continuação: Questões e dicas para utilização de imagem sem autorização

cenciamento para o uso de suas marcas e personagens em festas e eventos. Outra opção é o uso de produtos oficiais, como copos, pratos e outros artigos de festa que já possuem licença, comercializados por fornecedores que têm autorização dos titulares dos direitos. Seguir as diretrizes de propriedade intelectual é, mais do que evitar problemas legais, um sinal de respeito e ética. Marcas e personagens po-

pulares são fruto de investimento, trabalho criativo e inovação por parte de seus criadores.

Ao valorizar e respeitar esses direitos, os organizadores de festas e profissionais do setor reforçam o compromisso com uma atuação ética e responsável, reconhecendo o valor do trabalho intelectual.

Anitta 'briga' com IA que usa sua voz e personalidade sem autorização; entenda direitos da cantora



Voz e imagem são protegidas por lei e uso comercial requer autorização prévia e remuneração; app afirma que remove personagens que violem a lei de **direitos** autorais

São Paulo

A cantora Anitta publicou no início do mês uma série de vídeos interagindo com um aplicativo de IA (inteligência artificial) que imita sua voz e personalidade. O app, criado pela empresa Character.AI, simula conversas humanas a partir de personagens criados por usuários e está envolvido em polêmicas nos Estados Unidos.

Especialistas em direito digital ouvidos pela Folha afirmam que o uso sem autorização de voz e imagem é considerado ilícito civil. Também pode configurar crime contra a honra se o conteúdo for ofensivo ou difamatório, levando a indenizações por danos morais e exploração comercial indevida.

Anitta discute com uma versão digital de si mesma no aplicativo Character.AI.

-

Nos vídeos publicados nos stories do Instagram, Anitta chega a confrontar sua versão digital: "Esse aplicativo deveria ser processado porque deveria estar pagando para usar minha voz, imagem e personalidade."

A reportagem entrou em contato com a assessoria de Anitta para questionar se a cantora pretende tomar alguma atitude além de gravar os vídeos, mas não obteve resposta até a publicação deste texto.

Em nota, a Character.AI disse que remove personagens criados por usuários que violem direitos de propriedade intelectual, **direitos** autorais ou políticas dos termos de serviço, tanto de forma proativa quanto em resposta a denúncias de usuários.

O aplicativo afirmou ainda que conta com uma equipe de confiança e segurança para detectar e moderar violações, além de contar com listas de bloqueio personalizadas que são aumentadas regularmente.

No Brasil, a proteção da voz, imagem e dados pessoais são previstos pela Constituição Federal (artigo 5º), pelo Código Civil (artigo 20), pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (artigo 17) e pela Lei Geral de Proteção de Dados (artigo 2º).

Embora a legislação atual já proteja esses direitos, o Projeto de Lei nº 2338, que tramita no Congresso, busca ampliar a regulamentação para lidar com os avanços da IA no país.

O uso legítimo da voz ou imagem de uma pessoa exi-

Continuação:
Anitta 'briga' com IA que usa sua voz e personalidade sem autorização; entenda direitos da cantora

ge um consentimento explícito, que pode ser formalizado por meio de contrato escrito, áudio, e-mail ou até mesmo mensagens de WhatsApp, segundo especialistas.

Na plataforma Character.AI, os termos de uso estabelecem que é proibido o uso de gravações de terceiros sem consentimento, bem como a criação de deepfakes ou **falsificação** de identidade.

"Se eles proíbem nos termos, e houver denúncia de descumprimento, eles precisam remover do ar. Se não estão sujeitos a serem responsabilizados", afirma Patrícia Peck, advogada especialista em direito digital.

Além disso, os termos não estão disponíveis em português, o que contraria a legislação brasileira, já que o serviço é ofertado para usuários no Brasil.

Criada em 2022 pelos ex-engenheiros do Google Noam Shazeer e o brasileiro Daniel de Freitas, a startup recebeu um investimento inicial de quase US\$ 200 milhões. Em agosto do ano passado, o Google adquiriu a tecnologia da empresa por US\$ 3 bilhões, mantendo os fundadores e parte da equipe na sua divisão de pesquisa de IA.

"A legislação brasileira exige que tecnologias operando no país respeitem as leis locais, independentemente de serem de empresas estrangeiras", diz Peck.

A advogada também destaca que a ressalva (disclaimer) informando que as interações são fictícias e geradas por IA logo abaixo do campo de envio de mensagens não é suficiente para afastar responsabilidades, especialmente ao lidar com públicos vulneráveis.

"A comunicação deve ser mais didática e ostensiva, com mecanismos explícitos de aviso, canais de denúncia e sistemas para mitigar riscos à segurança dos

usuários especialmente para crianças, adolescentes e idosos", afirma Peck.

Rony Vainzof, sócio do VLK Advogados e especialista em direito digital, também entende que disclaimers não eximem as empresas de responsabilidade em casos de danos morais ou uso comercial indevido.

"Se a IA gerar conteúdo difamatório ou prejudicar a imagem da pessoa, há direito à indenização não apenas pelo uso comercial, mas também por danos morais", explica.

Exemplo disso é o caso do uso da voz para práticas de conotação sensual ou sua associação a comportamentos que comprometam a reputação do titular, como xingar, difamar, ridicularizar ou ofender o dono da voz original, podendo caracterizar crime contra a honra.

Para evitar problemas legais, Vainzof reforça a necessidade de uma governança ética na inteligência artificial, além de contratos claros de licenciamento, a exemplo do modelo adotado pelo Spotify, que trouxe regras para o licenciamento de músicas.

"Assim como no caso da música, é preciso criar normas para a exploração ética de voz e imagem em deepfakes", diz. "A tecnologia pode ser uma ferramenta poderosa, mas precisa ser usada de forma ética e dentro dos limites legais. É possível explorar essas inovações comercialmente, desde que com autorização e respeito aos direitos de personalidade".

Com ele concorda Peck. "Temos proteção suficiente hoje, mas precisamos de atualizações para acompanhar a revolução tecnológica", afirma.

Apesar dos riscos, Vainzof não vê o uso de deepfake como sinônimo de crime.

"Exemplos bem-sucedidos incluem a campanha de

Continuação:
Anitta 'briga' com IA que usa sua voz e personalidade sem autorização; entenda direitos da cantora

David Beckham, que usou deepfake para conscientizar sobre a malária em vários idiomas, e a propaganda da Elis Regina, autorizada por seus familiares, que emocionou o público ao trazer a cantora de volta às telas." ou

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais

3, 13

Arbitragem e Mediação

5

Patentes

10

Propriedade Intelectual

11

Pirataria

13